



SINDICALISMO E POLÍTICA

*A trajetória da CUT. São Paulo, Scritta/Fapesp, 1997,
de Iram Jácome Rodrigues.*

*por José Francisco Greco Martins**

O livro expressa tese de doutorado defendida em 1993 no Departamento de Sociologia da FFLCH-USP sob orientação do prof. dr. Leônicio Martins Rodrigues. Com uma trajetória intelectual sempre ligada ao movimento sindical, Iram desenvolve uma análise da relação entre sindicalismo e política, elegendo como principal parâmetro a trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sua análise privilegia três aspectos principais: o primeiro refere-se aos antecedentes que constituíram as bases para o surgimento da CUT, destacando a ação dos principais atores sociais envolvidos; o segundo diz respeito à forma de organização interna da CUT, enfocando a análise do seu terceiro congresso; o terceiro, diretamente ligado ao segundo, relaciona-se à relação que a CUT estabelece com as instituições da ordem estabelecida, em particular o conjunto

das prerrogativas contidas na legislação sindical e trabalhista, trazendo à tona o espinhoso assunto do corporativismo que acompanha o movimento sindical desde a década de 30.

A idéia-força que norteia o caminho percorrido por Iram consiste em abstrair da discussão relativa ao surgimento do “novo sindicalismo” o conteúdo particularista que privilegiava, de um lado, os processos de resistência praticados no cotidiano das fábricas e, de outro, as interpretações de natureza econômica estritamente vinculadas às reivindicações salariais. Neste sentido, o autor entende que o movimento sindical emergente no final da década de 70 expressava uma luta ampla e geral por direitos e cidadania, ampliando a ação sindical para além dos portões das fábricas. Seu foco de análise remete o movimento sindical para o interior do mundo público, onde o raio de ação do trabalhador rompe o aspecto circunscrito ao processo de trabalho para ingressar no universo das relações de natureza política. Isto implica, portanto, que, além das

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP.



clássicas lutas por questões econômicas, o “novo sindicalismo” coloca em pauta um conjunto de reivindicações voltadas para a ampliação e universalização dos direitos e da cidadania dos trabalhadores.

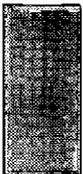
Ao mergulhar na análise sobre o surgimento da CUT em particular e do “novo sindicalismo” em geral, Iram identifica a presença marcante de três atores sociais: a Igreja Católica, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) significaram durante os anos de repressão do regime militar uma forma de guarida à militância política, transformando-se num espaço que permitiu a rearticulação da resistência na busca dos direitos democráticos e da cidadania. Do interior das CEBs surgiram inúmeros movimentos sociais durante os anos obscuros da década de 70. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo expressou um intenso trabalho miúdo, de pouca visibilidade, mas que provocou muito desconforto no “sindicato oficial” ao organizar a luta e a resistência dos trabalhadores no interior das fábricas. Por fim, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema percorreu uma história de lutas desde 1974, quando foi realizado o seu primeiro congresso, passando pelas históricas greves de 1978, que reuniram reivindicações específicas da categoria bem como aquelas de caráter mais geral, que procuravam intervir nos principais problemas nacionais que o Brasil enfrentava. Sua ação sindical era mais contestadora, combativa e buscava romper com o corporativismo sindical.

Assim, segundo Iram, os fatores que contribuíram para o surgimento da resistência operária e do movimento sindical mais combativo, o “novo sindicalismo”, que levou ao posterior surgimento da CUT, foram: a resistência da esquerda nas fábricas metalúrgicas da cidade de São Paulo; uma ação sindical mais contestadora, que buscava romper com o corporativismo, constituindo novas lideranças sindicais; e a ação da Igreja na ampliação das teias de sociabilidade.

A CUT foi fundada em 1983, durante o I Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras), convocado pelas lideranças dos sindicatos mais combativos, contando com 5.059 delegados. No ano seguinte ocorreu o I Concut (Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores), contando com 5.222 delegados representantes de 937 entidades. Em 1986 ocorreu o II Concut. É sobre o III e IV Concut que Iram realiza uma análise mais detalhada da dinâmica de organização interna da CUT.

O III Concut foi marcado por uma disputa entre duas concepções diferentes de ação política e sindical da CUT. De um lado estavam os defensores de uma CUT mais voltada para o cenário sindical, sem deixar de ser combativa e conflitiva, e, de outro, aqueles que pretendiam uma ação mais política para a CUT, de modo a transformá-la num “veículo” de transformação nacional rumo ao socialismo.

De acordo com Iram, estas divergências profundas, entre uma ação eminentemente sindical e outra profundamente política, levaram a uma certa paralisia da CUT, a partir do III Concut, que, guardadas as devidas proporções, perdura até



hoje. Este congresso da CUT seria um divisor de águas entre uma CUT mais voltada para o *movimento* e aquela dirigida pelos princípios da *organização*.

Os defensores do princípio da ação sindical voltada para a organização conseguiram realizar modificações no estatuto, entre as quais as principais foram: redução das participações dos delegados rurais; redução da participação das oposições sindicais; número de delegados proporcional ao número de filiados ao sindicato; redução da participação das bases operárias; ampliação da periodicidade de realização do Concut de dois para três anos.

As mudanças no estatuto visaram reduzir o poder das correntes mais à esquerda, bem como atribuir um caráter mais sindical e organizativo para a CUT. Isto implicou a verticalização da Central em relação aos sindicatos e uma organização mais complexa e burocratizada, levando-a a agir como uma empresa sindical racionalizada. “A trajetória da Central Única dos Trabalhadores, desde a sua fundação até o seu terceiro congresso nacional realizado em 1988, representou o período de sua construção interna e afirmação externa, cuja fase mais movimentista, libertária, socialista e conflitiva, enfim, heróica, encerrava-se com o III Concut” (p. 118).

Assim, o III Concut demonstrou claramente uma mudança na sua forma de ação. Estava aberta a possibilidade de transformação de um sindicalismo mais combativo e conflitivo para um de natureza mais propositiva e de negociação. A classe trabalhadora passava a agir de modo a interferir mais decisivamente nas questões de

ordem nacional, oferecendo propostas de solução dos principais problemas sociais, políticos e econômicos do país.

Ao analisar os dados do IV Concut e as entrevistas de dezoito membros da Executiva eleitos nesse congresso, Iram indica a ausência de uma política sindical da CUT voltada para os problemas cotidianos dos trabalhadores no chão-de-fábrica. As resoluções se repetem a cada congresso, ocorrendo apenas um alargamento na configuração original de cada uma. Assim, elas acabam representando muito mais um programa de governo do que um plano de luta sindical. Isto leva Iram a concluir que o distanciamento das políticas da CUT em relação ao chão-de-fábrica é idêntico ao padrão sindical populista vigente até 1964, em que pesem as inovações proporcionadas pelo “novo sindicalismo”, as quais, sem sombra de dúvida, transformaram os padrões da relação entre capital e trabalho na sociedade brasileira. “(...) esse é um dos paradoxos do ‘novo sindicalismo’: ao mesmo tempo que possui um alto grau de incidência no processo político, não consegue ter, com essa influência, que é expressão da dinâmica que transforma um movimento social com certo grau de atuação em força política de grande amplitude, uma presença mais efetiva nos locais de trabalho” (p. 125).

A ênfase dirigida para a construção de sucessivos projetos políticos de abrangência geral tende a demonstrar a dificuldade que a CUT enfrenta na constituição de uma política sindical, efetivamente voltada para a ruptura do padrão corporativista de ação, o que as cartas de intenções do ponto de vista político não dão conta de remover.



O IV Concut retomou a discussão do III quanto ao tipo de orientação da ação sindical. O debate se acirrou novamente em torno daqueles que defendiam uma ação de confronto aliada ao sindicalismo de movimento e daqueles que propunham uma ação dirigida pela negociação associada ao sindicalismo de organização. A deliberação pelo sindicalismo de organização, com ênfase na negociação, leva Iram a identificar uma aceleração do processo, já em curso, de institucionalização da CUT.

Quando a Central opta pela consolidação da organização enquanto forma de ação sindical, parte da direção é afastada do campo de lutas sindicais externo, na medida em que passa a privilegiar as tarefas de estruturação interna, o que requer maior profissionalização e, ao mesmo tempo, proporciona impessoalidade e burocratização, inerentes ao processo de institucionalização.

De acordo com o autor, a CUT tem se esforçado para democratizar os sindicatos mas não tem realizado transformações radicais. Para Iram, o “novo sindicalismo” não conseguiu retirar o entulho corporativista da estrutura sindical. Tem havido uma “adaptação ativa” em que alguns aspectos da estrutura corporativa sindical têm sido alterados, enquanto outros permanecem intocados. O processo de institucionalização, que parece ter invadido a CUT, e os avanços consagrados na Constituição de 1988 estão em sintonia com uma ação mais branda, no que diz respeito à ruptura efetiva da estrutura sindical corporativista.

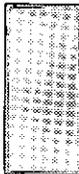
Juntamente com os processos de institucionalização e “adaptação ativa” da estrutura

sindical corporativa, Iram evidencia o distanciamento entre as deliberações aprovadas no encontro nacional da CUT e a prática efetiva dos sindicatos filiados. Deliberações sobre temas espinhosos como imposto sindical, Justiça do Trabalho, pluralismo sindical, estrutura vertical e contrato coletivo de trabalho não são levadas a cabo, de forma mais intensa e decisiva, pelos sindicatos filiados à CUT, demonstrando a ambigüidade entre discurso e prática.

Este conjunto de transformações, iniciado com o terceiro congresso e de certa forma consolidado no seguinte, está inaugurando uma nova forma de prática sindical em que o sindicalismo de confronto passa gradativamente a dar lugar ao sindicalismo de negociação. A participação na Câmara de Negociação do Setor Automotivo e o incentivo à sua estrutura tripartite (ao envolver os representantes dos trabalhadores, do Estado e dos empresários) expressa a ênfase da negociação no cenário do sindicalismo-CUT.

Em síntese, as ambigüidades da CUT no que diz respeito à distância entre discurso e prática, à mudança do padrão de ação de mobilização para organização — que contribui para sua institucionalização, profissionalização, impessoalização e burocratização — e à “adaptação ativa” ao corporativismo demonstram o grande e fecundo campo de tensões que acompanha a história da formação e das lutas da CUT, além do que definem os contornos de uma nova forma de ação sindical.

Esta radiografia da CUT demonstra mais uma vez que os acontecimentos históricos singulares, agudos e profundos não ocorrem de modo linear, ao serem marcados pelo conflito,



pela tensão das ambigüidades, pelo intenso debate entre as diferentes visões de mundo, que não caminham obrigatoriamente para um ponto de chegada predeterminado. A CUT não possui uma progressividade na sua história e não eliminou as diferentes formas de fala do seu interior. Dos

dissensos abrem-se os campos fecundos das continuidades e descontinuidades, que oferecem uma dinâmica de algo que está em movimento. Iram demonstra, assim, a grandeza da CUT no sentido da sua convivência e enfrentamento com o diverso; enfim, com a sua própria alteridade. ■